

Das prisões

2.1

A prisão como punição

Ao buscar estudar o sistema penitenciário brasileiro, por meio da escrita de testemunho dos presos e do olhar da mídia sobre a prisão é preciso, antes de qualquer discussão, pensar teoricamente a história dos presídios e a história do poder da punição. Deste modo, faremos um recorte sobre a história da criação das penas e das prisões para depois contextualizá-lo nas atuais condições do sistema carcerário brasileiro por meio das experiências narradas nos textos literários-confessionais dos livros de Jocenir¹¹, Hosmany e Luiz Alberto Mendes.

A leitura do estudo de Michel Foucault, sobre a história da criação das penas e dos presídios, se impõe como fundamental dentro deste enfoque. Em seu livro *Vigiar e Punir*, Foucault faz uma investigação sobre a estrutura das instituições judiciais e penitenciárias na época moderna.

O livro é o resultado de um estudo baseado em farta documentação sobre a história da legislação penal e os métodos e meios coercitivos e punitivos utilizados pelo poder público na repressão aos diversos tipos de crimes. A questão da criminalidade, trazida pelo autor e muito presente nas narrativas do cárcere, é um grave problema que a sociedade e as autoridades públicas sempre tiveram que enfrentar. Há séculos impunha-se como necessário à manutenção de um determinado sistema de dominação um outro sistema que o desse suporte - um sistema judiciário e de coerção que defendesse os direitos privados e públicos, tendo sido criadas variadas punições para os crimes cometidos.

¹¹ O nome verdadeiro do autor é JOSEMIR PRADO, mas ficou conhecido como JOCENIR por causa de um erro do rapper Mano Brown, do grupo de rap Racionais MC's, que musicou o poema *Diário de um detento* (no álbum *Sobrevivendo no Inferno*), mas o creditou com o nome errado.

Foucault atrela a história da prisão à história do poder de punir, registrando a transição dos processos de punição. A violência física aberta ao público, o suplício do corpo, tendo como motivação legal a salvação da alma do condenado, na época medieval, até a adoção das instituições penitenciárias da modernidade.

A questão da natureza política do poder de punir, abordada no livro, nos interessa para a discussão. Na idade média, quando era utilizado o *suplício do corpo* como forma oficial de punição, com guilhotinas, fogueiras, etc, a dominação era exercida através do horror, da violência, da tortura física. O foco da punição era declaradamente o corpo do condenado, tendo como objetivo da pena o de mostrar ao povo que assistia às punições, como seria o castigo de quem ousasse cometer crimes. As testemunhas viam, com os próprios olhos, quem era superior, quem exercia o poder. O ritual de violência como uma forma de poder, de controle social através do medo.

O tempo passou, mas a punição dos corpos através da violência e outros martírios continua. Com a extinção dos castigos públicos do corpo, a privação de liberdade passou a ser a forma de punição ‘exemplar’ contra os que cometiam crimes contra a sociedade. Dessa forma, os castigos deixam as praças públicas e se tornam privados, ou seja, limitados ao interior das masmorras e prisões. É como se as torturas e o sofrimento passassem a dizer respeito somente aos carrascos e criminosos – à sociedade bastava saber que eles continuavam sendo aplicados.

E o que a literatura dos autores aqui analisados traz, além da ação danosa da privação de liberdade sobre a frágil base psicológica dos detentos e sobre o que ainda resta de dignidade, quando algo ainda o há, são os exemplos dos tocantes relatos da dor física – prova da atualização constante dos castigos. São estas marcas, impingidas no corpo e na memória de Jocenir, a força motriz que impulsionam sua literatura. Seu texto nos aproxima, assim, da discussão de Foucault:

A privação da liberdade, retirar o condenado do convívio social não apresenta o maior sofrimento do homem que passa a fazer parte da realidade carcerária do

país. A hipocrisia da elite, bem como das instituições públicas não admite que esta idéia seja propagada: os distritos policiais, cadeias públicas e alguns prédios, antes de restringir a liberdade de um indivíduo, tirá-lo de circulação, são campos de concentração, senão piores, iguais aos que os nazistas usaram para massacrar os judeus na 2ª Guerra Mundial. São verdadeiros depósitos de seres humanos tratados como animais. (JOCENIR, 2001, p.17 e p.18)

Para Jocenir, a forma de punição presente na realidade carcerária do país não se distancia tanto assim da descrição de Foucault sobre a natureza política do poder na Idade Média. Ao transformar seres humanos em animais, castigando e humilhando o corpo do condenado, perpetua-se o suplício do corpo. A única diferença percebida é a preocupação das elites e das instituições públicas brasileiras em mascarar esse suplício.

A criação do Direito Penal, que vem, pelo menos teoricamente, se posicionar em favor de uma preocupação em oferecer um tratamento mais humanitário aos criminosos, traz a mudança de foco em relação aos métodos punitivos. No entanto, as instituições penitenciárias acabam por se tornar “*fábricas de delinquentes*” porque, na realidade, produzem a marginalização ao invés de destruí-la, na medida em que separam, classificam e afastam o sujeito da sociedade mais ampla:

A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias conseqüências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte da violência que está ligada a seu exercício. (FOUCAULT, 1987, p.15)

Com exceção de alguns casos específicos, como a Inglaterra (que demorou muito a abolir a punição física pública), o desaparecimento, oficial, do grande espetáculo da punição física em público, com requintes de torturas, ocorre no princípio do século XIX.

Foucault escolhe como símbolo da formação do sistema carcerário a data da abertura oficial da prisão de Mettray, ocorrida em 22 de janeiro de 1840. Sua

escolha por esta data se deveu ao fato de Mettray ter sido a prisão mais famosa de toda uma série de instituições, que ele chama de “*arquipélogo carcerário*”.

Voltando ao ponto do “*suplícios do corpo*”, ressaltamos que ele não chegou ao fim efetivamente na prática. A utilização da tortura permaneceu por muito tempo e continua até os dias de hoje. A literatura dos presos traz, com ênfase, essa atualidade do suplício infringido aos corpos dos presos. Mendes toca nessa ferida por toda a sua escrita:

De repente, como que por encanto, choveram policiais na sala onde estávamos, nus e pendurados, totalmente à mercê deles. Junto com os tiras, veio o delegado. Todos queriam bater em nós ao mesmo tempo. Instalaram fios da máquina de dar choques em todo o meu corpo, até no ânus. Um tira subiu nas escrivatinhas, onde estávamos pendurados, e começou a chutar e a pisar em nossa cara. O delegado estava com um sarrafo e dava-nos sarrafadas onde encontrasse brechas. Outros nos batiam com os cassetetes de pau e de borracha, chutavam as costas. (...) A dor era de enlouquecer, estupidificar. Gritei no começo, e eles diziam que queriam me ver ganindo como um cão, até que a voz foi sumindo aos poucos. Então me chutaram e bateram tanto que não sentia mais a boca. Enlouquecido de dor, entreguei-me à morte várias vezes, e eles me ressuscitaram com baldes de água fria, que fazia a potência do choque dobrar.(...) Depois de horas de desespero total, depois de desmaiarmos várias vezes e sermos acordados com jatos d’água, fomos abandonados, ali pendurados. Ficou apenas um tira tomando conta de nós. Estava banhado de sangue e machucado dos pés à cabeça. Amortecido, não sentia mais nada do corpo. Julguei-me morto. Mas estava consciente, observava e sentia a sala toda. (MENDES, 2001, p.375 e 376)

A narrativa de Mendes nos leva a pensar sobre a tortura como degradação da identidade e da individualidade humana, um corpo banalizado pela violência, mas marcado por sua experiência. Mendes, apesar do suplício, ainda “estava consciente”, permitindo o resgate e o registro em sua memória.

Para Ana Kiffer, ao revelar a força das marcas deixadas pela tortura na obra memorialística de Graciliano Ramos, o corpo pode ser entendido como “um lugar de conservação, portador das marcas e significante da experiência”¹².

Talvez para autores como Mendes que, assim como Graciliano, viveram a experiência brutal de tortura e dor imputadas ao corpo, a escrita confessional seja a própria vida das marcas e a memória o cerne do processo criativo.

¹² Kiffer, 1995: p.13

A tortura pode ser pinçada como um ponto chave na literatura de testemunho do cárcere brasileiro, através linguagem literária de Mendes, Jocenir e Hosmany, que nos chega o problema da violência velada, antes utilizada de forma ostensiva e aceita oficialmente. Hoje, mesmo com importantes denúncias de instituições defensoras dos Direitos Humanos, a institucionalização da tortura nos presídios brasileiros ainda persiste. Velada, mas a todo a vapor.

No capítulo *A rebelião*, de seu *Diário*, Jocenir escreve, com revolta, sobre um dos tantos momentos de tortura que sofreu durante a prisão:

Perplexo, presenciei cenas de pura covardia e violência praticadas por aqueles que se diziam mantenedores da ordem e da lei. Sabia que também teria de passar por ali. Procurei manter a calma. Rezei novamente. (...) Percebi que seria alvejado pelos golpes do policial pugilista, procurei sair do seu raio de ação, ele percebeu e veio até mim, desfechou um violento golpe em meu estômago e outro em meu rosto. (...) Depois de algum tempo, em que apanhamos muito, o PM que comandava a tortura nos mandou virar e ficar de frente para ele. Fizemos. Percebi que fariam alguma estupidez. Muitos policiais riam. Muitos ratos riam. (...) Gargalhavam, sentiam-se satisfeitos. Estavam alterados e felizes. Facistas nojentos. Adolf Hitler sorrindo no inferno. Riam, gargalhavam. O Robocop do governo é frio, não sente pena, só ódio, e ri como uma hiena. (JOCENIR, 2001, p.75/76)

O relato de Jocenir é mais um recorte de como a tortura aparece nos livros do presídio. A narrativa literária pode trazer a realidade da tortura, abolida oficialmente há tanto tempo, de uma maneira que o jornalismo não o faz, porque não tem acesso aos espaços onde ela acontece ou por falta de interesse em tratar deste tema, delicado e complexo, para uma sociedade que clama por pena de morte e acredita que os impostos pagos não deveriam “sustentar” presos.

Além da tortura, outras punições que têm o foco no corpo continuam sendo aplicadas, às escondidas, nos porões das prisões. Elas são um “complemento” às penas de privação de liberdade. Nos presídios, homens e mulheres sofrem também com a redução de alimentos, privação sexual, expiação física, períodos na masmorra, ou seja, ainda formas de *suplicio dos corpos*.

Mendes e Jocenir exemplificam, respectivamente, nos textos abaixo momentos de sofrimentos causados pela fome e outros suplícios:

A fome e o frio começaram a nos preocupar. Passaram-se os dias e as noites sem que ninguém se lembrasse de nós. Três dias depois, veio o carcereiro para ver se estávamos vivos. Pedimos comida. Respondeu que, naquela delegacia, ladrão não comia, e saiu batendo o portão de ferro da carceragem. (...) No nono dia de fome, Dinho molhou metade de um rolo de papel higiênico, e se pôs a comê-lo. Não me deixou alternativas: molhei a outra metade, embolei e comecei a comer. O gosto era horrível, inenarrável. (MENDES, 2001, p.296/297)

Envoltos por encardidas mantas, dormem sentados, pendurados nas paredes e nas grades, ou até mesmo dormem no banheiro, que na cadeia se chama boi. A higiene, por mais que se tenha zelo, é sempre um problema, é impossível não ser molestado por sarna ou piolho.(...) A comida é geralmente produzida por cozinhas industriais de péssima qualidade, quando não chega crua, chega azeda, provocando problemas estomacais em quem a come. (JOCENIR, 2001, p.18)

A literatura desses autores encontram ressonância com estudos sobre a prisão:

No Ceará, presos se alimentavam com as mãos, e a comida, "estragada", era distribuída em sacos plásticos --sacos plásticos que, em Pernambuco, serviam para que detentos isolados pudessem defecar. (CARVALHO FILHO, 2007. Arquivo digital.)

Através do estudo de Foucault, é possível entender que as punições em geral e a prisão têm origem em uma “tecnologia do corpo”, que está ligada ao ponto central de sua obra – o poder da prisão sobre os corpos. Ao falar sobre o nascimento da prisão, ele faz o seguinte diagnóstico: “*ao fazer da detenção a pena por excelência, ela introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder*”.

Esse poder se exerce através de um processo rigoroso de disciplina, com uma forma de dominação “*quase total*” sobre os detentos, cuja função é punir e redimir do erro. As prisões seguem, dessa forma, com seus mecanismos internos de repressão e de castigo, dentro do conjunto de punições intituladas por Foucault como uma “*disciplina despótica*”.

A prisão passa a ser o principal elemento do sistema jurídico, responsável pelas punições aos criminosos. O fator da “*obviedade*” da prisão na nossa

sociedade, do tipo de pena adotada, estaria ligada à liberdade, um bem “*que pertence a todos e da mesma maneira*”¹³. Seria um castigo igualitário e também ligado à possibilidade de quantificação da pena através da variável do tempo, e além disso, assumiria uma suposta função de “*transformar os indivíduos*”. Teriam sido esses fatores os responsáveis por consolidar a prisão como tipo de pena para a sociedade moderna.

Em *Pavilhão 9*, Hosmany escreve sobre a constante lembrança da condição de detento e a perpetuação desta lembrança no futuro revelam o poder da prisão sobre os corpos:

Fico andando pra lá e pra cá na cela, refletindo sobre a vida encarcerada e sobre a detenção. O complexo do Carandiru é um amontoado de prédios bem no coração de São Paulo, sem graça, como se fosse uma arquitetura diabólica – muito concreto, pouca ventilação e quase nenhum verde em volta. Os 7200 presos que ali cumprem pena mal representam um para cada 100 mil habitantes. A instituição, no entanto, é conhecida e bastante comentada, mesmo que para alguns não passe de ‘depósito’ de marginais, de um barril de pólvora prestes a explodir. Uma vez transpostos os pesados portões, depara-se com um desastrado projeto arquitetônico que foi sendo aumentado aos poucos – cheio de labirintos, portões e corredores. Ao longo dos corredores, que parecem intermináveis vêm-se pequenas placas e celas por todos os lados. A enganosa impressão de instrução e escolaridade está bem disposta e as placas dizem tudo: oficinas, escolas, teatro, cinema, escola de arte, artesanato, costura de bola, patronato... Apesar de nada disso funcionar.

O barulho durante o dia é infernal e enervante. Como alguém sem as pálpebras superiores, a gente está condenado a sempre ver o outro, a não esquecer jamais da nossa condição de detento – presidiário hoje e ex-presidiário amanhã. (RAMOS, 2001, p. 233 e 234)

As placas dispostas no presídio são ícones perfeitos para compreender a falácia da função da prisão como transformação do indivíduo – escolaridade, acesso a conhecimentos diversificados e apropriação de direitos básicos são negados, como se o cumprimento da pena por si só e o castigo da vida em um “inferno” pudessem redimi-los de seus erros.

A disciplina é um dos elementos que explica a razão pela qual a prisão se transforma na principal forma de castigo da sociedade capitalista. É através da

¹³ Foucault, 1987, p. 208

disciplina, um tipo de *microfísica do poder*, que se dá o controle e a sujeição do corpo, com o objetivo de tornar os “corpos dóceis”.

Disciplinados, através dessa política de coerção, os indivíduos são ensinados a fazer e agir de um determinado modo solicitado. *Dóceis e úteis*, destituídos de individualidade e de vontade, para serem sujeitados a agir de acordo com um determinado sistema de dominação.

Os indivíduos perdem seus referenciais de vida. O nome, seus desejos e sua subjetividade passam por moldagem de um sistema coercitivo de dominação sobre os corpos.

O conceito de disciplina de Foucault, definido pelas técnicas de controle e sujeição do corpo com o objetivo de tornar o indivíduo dócil e útil, capaz de fazer o que queremos e de operar como queremos, representa uma teoria materialista da ideologia nas sociedades capitalistas, implementada com o objetivo de separar o poder do sujeito sobre a capacidade produtiva do corpo, necessário para a subordinação do trabalho assalariado ao capital. (SANTOS, 2006, extraído do site do autor¹⁴).

Entram aí os métodos de organização, de adestramento dos corpos, de humilhação. Tendo como objetivo o exercício do poder de punir, esse sistema trabalha com a perda das referências individuais. Na prisão, o corpo não é mais um corpo individual, apesar de o ser. O corpo agora tem uma aproximação grande com outros corpos. A experiência de viver em grupo dia e noite.

A cadeia trazida pela literatura aqui estudada é um espaço que transforma os prisioneiros numa massa indistinta. Suas roupas e seus cabelos os tornam “iguais”. Não é possível ver diferença através dessas molduras que a cadeia coloca no homem. São homens que transformam-se em números. Mendes escreve sobre esses “robôs”:

O local era assustador. (...) Prestei atenção nos PMs. Notei que me observavam também. Aquilo me intimidava, deixava nervoso, tenso. Chamavam aquela sala de recreativa. Ninguém falava comigo. Só me olhavam. Era proibido conversar, percebi então. Os policiais bateram palmas, dando a entender que terminara a recreação. Os menores, em silêncio, foram saindo. Assim, banco por banco,

¹⁴ SANTOS, Juarez Cirino. Site: www.cirino.com.br – *Trinta anos de Vigiar e Punir (Foucault)*

ordenadamente, pela porta por onde eu entrara, formando filas enormes em direção ao pátio. Pareciam robôs. Acompanhei-os. (...) A ordem foi dada aos berros, e as filas, como se não fossem humanas, foram entrando, uma a uma, em dois alojamentos. (MENDES, 2001, p.111)

O escritor Graciliano Ramos utiliza a palavra “despersonalização” durante toda sua obra *Memórias do Cárcere*. Ela trata das perdas referenciais as quais sofrem os presos. Cada um se iguala a um todo. Vestimentas iguais, cabelos iguais. O poder das normas da prisão se impõe sobre os corpos dos homens presos, como uma forma também de imposição às mentes.

Encontramos nestes textos um corpo construído a partir do contato com a cadeia, com as leis que regem a prisão (as oficiais e as não-oficiais). No espaço prisional os encarcerados perdem o contato com alguns valores humanos e conhecem outros. Se por um lado o ambiente violento da cadeia os torna mais frios, duros; por outro, a privação de liberdade faz florescer uma necessidade de aproximação maior com a família e uma solidariedade vital entre pessoas que estão em situações-limites.

A perda de identidade também é trazida por Hosmany, na sua literatura que está toda permeada por críticas ao poder disciplinar dos corpos nas cadeias:

Perdeu gradativamente seu perfil, e com ele foi-se o interesse pelas coisas e pelas pessoas. A realidade se desfez em alucinações, manchas e formas ameaçadoras. Despido de qualquer identidade, acabou se metendo em todos os tipos de complicações que a vida encarcerada oferece. Transformou-se num violento, animal. (RAMOS, 2001, p. 93)

Sem espaços íntimos, sem privacidade sequer para usar o sanitário, correspondências censuradas, leitura controlada e guerra psicológica diária, eu perdia gradativamente meu perfil. Com ele se esvaziava meu interesse pelas coisas e pessoas. Aos poucos, a lógica do meu diálogo, a realidade de minha vida se desfaziam em pesadelos e alucinações.

Ali, naquela geladeira de concreto, eu estava abandonado ao meu destino. Despido de qualquer identidade, era apenas mais um no trem da agonia. Qualquer deslize disciplinar era punido com severidade (...) (ibid., p.145)

O ambiente, com cerca de doze metros quadrados, é pintado de um verde-desbotado e mal iluminado. É um local opressivo e apertado, que torna a convivência constrangedora, principalmente quando alguém vai defecar e inunda o local com mau cheiro. Ali não existe privacidade. Estamos sempre vendo uns aos outros, e isso é pior quando o xadrez tem dez, ao invés de cinco pessoas. É

assim no Pavilhão Nove, com seus 2.069 presos, distribuídos por 550 xadrezes. (ibid., p. 233)

As marcas dos corpos são as marcas da prisão. Não são mais homens com suas individualidades, seus nomes, suas vontades. São presos, homens que se vestem com a roupagem da prisão, que têm em seus corpos as marcas da prisão. O discurso do poder da prisão é lido em seus corpos. Homens embrutecidos e humilhados.

Dois episódios, um narrado por Jocenir e outro por Mendes, retratam o sentimento de humilhação pelo qual o preso geralmente está submetido, como se não fosse reconhecido como gente, como cidadão. Essa sensação é incutida nos homens presos, como forma de poder.

Em seu diário Jocenir relata o dia em que estava doente, com uma forte dor no abdômen e procurou o médico do presídio:

Ele escrevia e demorou para perceber minha presença na sala. Ao perceber, sem levantar a cabeça, sem tirar o olhar do papel, perguntou em que pavilhão eu morava e qual era minha cela. Respondi. Ele disse que eu aguardasse na cela, que meu medicamento seria entregue. Não acreditei. Fiquei perplexo. Eu nem havia dito nada. Diagnosticou o quê? Era adivinhação?

Chateado, falei que ainda não tinha dito o que estava sentindo. Ironicamente o médico disse que iria receitar um remédio que curava qualquer doença, que eu não me preocupasse. Saí da sala revoltado com o caso. Havia sido maltratado, jamais tinha visto coisa igual. O ser humano é descartável no Brasil. (JOCENIR, 2001, p.125)

O relato de Jocenir sobre a visita seguinte ultrapassa a mera descrição de uma consulta de rotina. Ao ser recebido pelo médico Drauzio Varella, ele se defronta com algo até então inédito, uma experiência completamente diferente da qual estão acostumados os presidiários. A atenção do médico o desestabiliza, o toca pelo inusitado. Os ouvidos atentos de Varella são um susto em um mundo de ‘surdos’; o curto diálogo que ele se permite trocar é uma raríssima bandeira branca em ambiente de guerra. É essa a experiência geradora da emoção abrupta que se abate sobre Jocenir:

Ele não rabiscava nada no papel, tinha a cabeça erguida, e me olhava com muita atenção. Senti um nó na garganta, me veio uma vontade de chorar. Sei que não é

normal, era apenas uma consulta médica, mas ser bem tratado na cadeia por gente que não está presa é algo que não ocorre todos os dias, é diferente. Ainda mais quando se está doente e se foi maltratado por outro médico como eu fui. (ibid., p.127)

Luiz Mendes experimentou sensação parecida quando estava no instituto para recuperação de menores da cidade de Mogi-Mirim, no interior de São Paulo e passou a trabalhar cortando o mato das ruas:

Percorremos as ruas limpando e capinando as calçadas. Em poucos dias eu já estava craque na enxada novamente. Havia ruas em que as pessoas eram agradecidas e educadas. Nos serviam sucos, pedaços de bolo, doces, frutas, etc. Nós ficávamos muito emocionados. Éramos extremamente carentes, qualquer espécie de demonstração de afeto ou reconhecimento nos comovia, nos ganhava. Em geral, a população da cidade era extremamente preconceituosa e desumana conosco. Jamais houve nenhuma preocupação das autoridades ou pessoas da cidade pelos nossos direitos humanos violados, quando os soldados nos massacravam até quase nos matar. Os soldados eram da região. Os chamados cidadãos evitavam até de nos olhar quando nos encontravam suando de limpar suas ruas imundas. (MENDES, 2001, p. 179)

Qualquer tipo de afeto demonstrado representa algo maior se tomado como base o mundo de indiferença no qual os presos vivem. As tantas barbáries e torturas, disciplina rigorosa e falta de cuidados os fazem sentir “menores” perante à sociedade, aos que vivem fora das prisões. Ser preso passa a significar ser menor, não merecer qualquer tipo de atenção ou cuidado.

O corpo humilhado e massacrado também foi alvo de observação, diríamos até do “estudo”, que Dostoiévski fez da prisão em *Recordação da Casa dos Mortos*. Muitos deles apresentados como loucos, tinham em seus corpos as marcas da falta de liberdade, da vida no inferno; corpos que não comem, que não dormem, que estão doentes. Caretas, gestos, risos, depressão. Toda a gama de sentimentos eram expressados por esses homens através de seus corpos. Dostoiévski desceu a esse inferno e conheceu corpos maltratados, doloridos, marcados pelo sistema carcerário, que destitui o homem de seus valores mais básicos.

Dostoiévski descreve, com detalhes, os corpos doentes no hospital do presídio, “homens de aparência medonha e incrivelmente suja”. E se pergunta sobre tamanha desumanidade:

Quando disse, ainda agora, que um detento, mesmo quando doente, fica sob o mesmo rigor de sentenciado, não queria me referir a esta ordem absurda, como fazendo ela parte dum castigo propositalmente humilhante. Essa afirmação seria uma calúnia mais que tendenciosa. Castigar um doente é supérfluo, além de desumano. Deve-se admitir, pois, que um ponto de vista extremado, uma suposta razão administrativa devesse existir para aquela ordem cruel. Qual seria a razão? Difícil é achá-la. Aliás, no que lhe diz respeito, como a muitas outras, impossível achar ou adivinhar o motivo. Como explicar o fundamento para uma desumanidade tão ilógica? (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 187)

O indivíduo encarcerado é constantemente esquadrihado em sua realidade cotidiana: tempo e espaço são classificados e hierarquizados para que se efetive o exercício do poder de punir. E um poder que se exerce sem fundamentos ou justificativas, como mostra o trecho acima¹⁵.

O tempo é outro fator fundamental para a concepção moderna de punição. Na sociedade moderna o tempo passa a ser encarado como uma variável importante de valor. “Tempo é dinheiro” é um lema do capitalismo, que trata o tempo em função de processos produtivos. O tempo deve ser “aproveitado” ao máximo para a obtenção de lucro. A relação entre o tempo e o fazer se tornou imperiosa.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault trata da questão da supressão do tempo livre, aspecto que não se enquadra ao modelo brasileiro. Nas prisões do Brasil pouco se oferece de trabalho ao preso, ficando ele a maior parte do tempo ocioso.

Em uma instituição carcerária, o tempo e o espaço se desencontram do ideal capitalista de transformar o tempo em dinheiro. A ociosidade, com exceções, faz parte da rotina da população prisional. Sem trabalho ou estudo, os presos passam o dia inteiro sem fazer nada. A freqüente associação da ociosidade como

¹⁵ Também em *Memórias do Cárcere* lemos a interrogação do autor que atravessa todo o livro buscando entender sua prisão sem julgamento, justificativa ou processo.

sinônimo de vagabundagem, se opõe à valorização do tempo no processo produtivo.

O preso, então, é sempre visto pela sociedade como aquele que causa prejuízo à economia. Ele não produz e além disso, dá despesa ao Estado. É comum encontrarmos matérias jornalísticas informando quanto custa para o Estado manter um preso na cadeia.

É por este viés, o do tempo ocioso, que muitos chegam à escrita, como uma forma de “passar o tempo”. Sem perspectivas de trabalho, os presos acabam encontrando formas de “distração” nas cadeias. Dias, semanas, anos, sem ter o que fazer trazem a depressão, o tédio, a tristeza... A escrita e a leitura podem se transformar em uma maneira de não se sentirem inúteis.

Em Avaré a rigidez da disciplina e a ociosidade me levaram ao tédio e à depressão. Não conseguia trabalhar, pois havia poucas vagas e os presos mais antigos tinham preferência. (...) Na cela eu procurava escrever ou ler livros como forma de passar o tempo. Na cadeia o relógio anda em câmera lenta. (JOCENIR, 2001, p.163)

A expressão “câmera lenta” passeia pelo livro inteiro de Jocenir. A lentidão do passar das horas atrás das grades vem como um dos piores tormentos da prisão. Tudo acontece de maneira lenta: “Na cadeia o tempo anda em câmera lenta” (p.55); “Faria o tempo passar, na cadeia o tempo anda em câmera lenta” (p.84); “O relógio na cadeia anda em câmera lenta” (p.109); “Na cadeia o relógio anda em câmera lenta” (p.163); “Tic-tac, ainda é 9h40, o relógio na cadeia anda em câmera lenta” (p.176).

A “câmera lenta” o persegue todos os dias, como se o tempo não passasse de maneira regular, normal. A repetição da expressão parece ser usada de maneira automática, independente de uma consciência de que ela está sendo escrita. A presença constante de um mesmo tema, uma mesma angústia. Como se essa angústia se escrevesse por si só.

Em seu estudo sobre a utilização do tempo na prisão (cujo objetivo principal foi a investigação a respeito do tempo e espaço em uma instituição

carcerária), Kiko Goifman abordou alguns aspectos do cotidiano no cárcere, como a discussão de “tempo perdido” em relação à valorização do tempo pelo sistema capitalista da sociedade moderna.

Desde os primórdios da implantação da pena de privação de liberdade, o tempo já era apontado como elemento de proporcionalidade entre o delito e o castigo – quanto ‘mais grave o erro’, maior a duração da punição. Em várias experiências diferenciadas de encarceramento, a utilização do tempo do sentenciado, a implementação pelo quadro administrativo de rotinas organizacionais, a disciplina como fator de otimização do tempo passado no cárcere e o trabalho com intuito de reintegração social ou castigo foram formulações constantes. Mesmo em instituições cuja finalidade última era simplesmente a exclusão, o decorrer do tempo passado no cárcere era pensado como condição para o arrependimento. A ‘duração’ da pena como caminho, trajeto para se chegar à redenção, possível libertação progressiva do mal, dos instintos animais, concepção esta finada com a visão cristã agostiniana. (GOIFMAN, 1998, p.21)

Além dos afazeres em busca de “passar o tempo”, como o uso da televisão (seria uma “janela para o mundo da rua”), um elemento fundamental é a “negociação constante” das rotinas implementadas pela administração de cada presídio:

Se o cotidiano de atores sociais presos dificilmente pode ser investigado apenas através de regulamentos e mecanismos legais, o abandono sumário de tais parâmetros consiste também em um equívoco, na medida em que permeiam de forma mais ou menos significativa as relações entre os presos e entre estes e a administração. A prisão configura-se então em um palco de constante negociação de estatutos e normas onde estão presentes estruturas de poder de nível macro – exteriores à instituição sua administração – e nível micro – constituídas a partir das próprias relações ‘interpresos’. Um percurso onde tensões e dilemas se apresentam. (ibid., p.22)

Ponto ainda essencial, cujo parentesco com a questão do tempo ocioso não se pode deixar de notar, é o da produção da delinquência. Foucault afirma em seu estudo que a prisão fabrica delinquentes, mas não como um simples resultado do aparelho de castigo, porém no sentido de que “ela introduziu um jogo da lei e da infração, do juiz e do infrator, do condenado e do carrasco, a realidade incorporada da delinquência que os liga uns aos outros e, há um século e meio, os pega todos juntos na mesma armadilha”¹⁶. Na sua crítica à prisão, o autor atesta que o

¹⁶ Foucault, 1987, p. 226

processo de delinqüência dos criminosos se dá de forma atrelada à elaboração dos métodos penitenciários: “a delinqüência é a vingança da prisão contra a justiça”¹⁷.

O sistema judiciário compactua com a estrutura penal de poder disciplinar sobre o preso, permitindo que esse processo de delinqüência venha crescendo em paralelo com os métodos punitivos. Esses mecanismos e seus efeitos têm-se difundido e Foucault já alertava para a necessidade de se “procurar a razão dessa temível ‘eficácia’ da prisão”¹⁸.

Os autores do cárcere registram essa produção da delinqüência, a “escola de criminalidade”, em diversos trechos de suas obras. São vários os momentos em que Mendes aborda essa questão:

Nunca ninguém se preocupou em nos trazer uma mensagem positiva, nos transmitir valores ou discutir os nossos. Não havia nenhum movimento religioso ali, nem o padre da cidade se interessava por nós. Estávamos abandonados à nossa capacidade de produzir uma cultura nossa e à mercê de nossos sicários. A cultura que conhecíamos era a que milhares de meninos que ali sofreram nos deixaram. A cultura do oprimido que espera sua oportunidade de vingar-se. (...) Logo escaparíamos de suas garras, e então nos pagariam caro. Muito caro. (MENDES, 2001, p.182)

Doía tudo. Pensava com que direito me espancaram tanto. Dava um estremecimento pelo corpo todo de revolta e ódio. Da próxima vez, jurava estar armado, então queria ver a coragem dos otários para me bater, eu os mataria como as moscas! (...) O mundo todo agora era composto só de inimigos, e doravante era assim que os encararia. Eles iam ver... Não haveria dó ou piedade por ninguém. Agora compreendia o que era ser bandido. Entendia que bandido era sinônimo de crueldade e perversidade. Nunca matara ninguém, agora estava arrependido por não haver matado quantos pudesse! Só apanhara e sofrera desde criança. Mas agora eu sabia: podia demorar, mas eu sairia e aí as coisas seriam diferentes. Não era o bicho que eles queriam? Pois era o que iriam ter! (ibid., p.335)

Havia passado pelas mãos de tudo quanto era polícia. Estudado no colégio da vida, a mais negra de todas as escolas, que começara no RPM e acaba na Casa de Detenção. (RAMOS, 2001, p. 18)

Hosmany, em entrevista ao jornal *O Globo*, após o lançamento de seu livro, demonstra sua visão sobre o sistema penitenciário ao qual está submetido:

¹⁷ ibid., p. 226

¹⁸ ibid., p. 227

“Oscar Wilde dizia que o que mais espanta não são os crimes cometidos pelas pessoas, e sim o castigo que lhes são impingidos pelos chamados bons.”¹⁹

Dados estatísticos sobre as taxas de criminalidade após a adoção do sistema de prisões apontam que o mesmo mostrou-se ineficaz no objetivo de diminuir o número de crimes. Na realidade, mostrou que as taxas de criminalidade poderiam aumentar, multiplicar ou serem transformadas, mas que a quantidade de criminosos permanecia estável, ou poderia ainda aumentar.

As palavras de Jocenir, no conto *Cadeia Pública de Barueri*, trazem a percepção do significado da prisão na vida de um homem: “Os presos são vitimados por transgressões de todas as ordens. O sistema não educa. Pune de maneira cruel, machuca o homem para sempre, o torna quase irrecuperável”²⁰.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault também já tratava de assuntos que hoje são centrais na discussão sobre o sistema penitenciário, como a corrupção da polícia, os abusos de poder, o ócio, as más condições de vida do preso e de sua família, e as reivindicações e revoltas dos detentos:

Palavra por palavra, de um século a outro, as mesmas proposições fundamentais se repetem. E são dadas a cada vez como a formulação enfim obtida, enfim aceita de uma reforma até então sempre fracassada. Poder-se-ia ter tomado as mesmas frases ou quase as mesmas de outros períodos ‘fecundos’ da reforma: o fim do século XIX, e o ‘movimento da defesa social’; ou ainda os anos mais recentes, com as revoltas dos detentos.(FOUCAULT, 1987, p.28)

Já naquele momento fazia cento e cinquenta anos que o fracasso da prisão havia sido declarado, e mesmo assim esta forma de punição ainda era mantida e continua o sendo até hoje. A insistência em reformas dos sistemas penitenciários também resulta em projetos fracassados. Ao invés de ajudarem na diminuição do crime, transformam-se em escolas da criminalidade, iniciando presos que não cometeram crimes graves na carreira da delinquência, da crueldade.

¹⁹ O Globo, 28 de abril de 2001.

²⁰ Jocenir, 2001, p. 53.

A análise de Eneida Cunha, também sobre os livros da prisão, evoca o fracasso da prisão declarado por Foucault e ratificado nas tantas páginas das histórias dos homens encarcerados:

As narrativas ou as vidas que lemos nesses livros fluem em inteira consonância com o diagnóstico principal de Foucault sobre o quase consensual fracasso da instituição penitenciária, enquanto destinada à reeducação ou recuperação de criminosos e infratores. A produção da delinquência - indispensável a uma dada ordem econômica e social - é a função que vem sendo desempenhada com eficácia há pelo menos dois séculos pelo sistema policial-penitenciário. Nesse sentido, as vidas narradas nos livros em questão são de uma redundância que, às vezes, atinge a monotonia, em especial nos relatos com maior vocação autobiográfica, como Memórias de um Sobrevivente e a maioria absoluta dos contos da coletânea Letras de Liberdade. É sempre a mesma - e, a cada relato, uma outra - criança submetida simultaneamente à violência familiar, às restrições da pobreza, às seduções dos espetáculos da sociedade de consumo e, para os autores mais jovens, à exposição diária ao noticiário do autobeneficiamento ilícito e da impunidade, prerrogativas de segmentos sociais aos quais ela não pertence. (CUNHA, Arquivo extraído do site da PUC-Rio)

Sobre a questão de a delinquência estar sempre atrelada a possíveis efeitos do uso de drogas, questão sempre abordada, Eneida acrescenta tocando em pontos essenciais à discussão:

Contra o senso comum, é preciso ler nesses relatos de jovens delinquentes que não é a droga o fator que desencadeia a perda do equilíbrio precaríssimo em que convivem tais ingredientes, ou o elemento que rompe as estruturas sociais de contenção - descritas por Foucault como a "aquisição de uma legalidade de base" pelas classes populares: o aprendizado das regras elementares de propriedade e de poupança; o treinamento para a docilidade no trabalho, para a estabilidade da habitação e da família. A droga no máximo é uma circunstância adjunta que produz episódios, delitos e infrações cujas conseqüências se irão multiplicar e agravar. Quem ou o que subtrai efetivamente o jovem infrator da possibilidade de continuar a integrar a "pobreza regulada" é o aprisionamento, a sua inclusão num outro regime disciplinar, ele mesmo destinado a produzir a delinquência. Esse mesmo sistema penitenciário, é preciso não esquecer, tem importância capital para a rede de distribuição e consumo das drogas. (ibid.)²¹

A potência destruidora da droga e o que ela leva o preso a fazer são assuntos constantes no livro de Jocenir. Ele encontra numa metáfora contundente a maneira de resumir o estrago que a droga é capaz de fazer nos presos: "rói o preso como traça rói papel". Jocenir relata no seu Diário uma cena dantesca, da

²¹ Site: www.lettras.puc-rio.br/Catedra/revista/7Sem_15.html

tristeza de ver meninos e homens se tornarem animais por causa do uso de drogas na prisão:

Na minha primeira noite no X dormi muito mal. No meio da madrugada acordei e percebi um clarão que iluminava uma das paredes da cela. Procurei a origem da luz e vi um grupo de cinco ou seis presos, eles estavam agachados e com objetos nas mãos. Prestei atenção e tive uma visão horrorosa: encolhidos, tragavam a fumaça de pequenos cachimbos improvisados em pedaços de isqueiros, prendiam o quanto podiam a fumaça dentro dos pulmões, faziam por isso caretas diabólicas, medonhas, às vezes soltavam gritos incomodando quem dormia, outros, como bichos, procuravam não sei o que no chão. O reflexo do fogo na parede misturado àqueles rostos distorcidos proporcionava uma visão fantasmagórica, monstruosa, era coisa de meter medo, pareciam almas penadas vindas do mais profundo inferno. Flagelavam-se com crack. (JOCENIR, 2001, p.42)

Além do efeito devastador da droga, os contos de Jocenir falam sobre o tráfico de drogas dentro da cadeia e como é permitida sua entrada através dos próprios funcionários. A droga passa a fazer parte, direta ou indiretamente, do esquema de dominação dos presos, e também mais um suplício do corpo.

A literatura de Mendes também traça o mesmo caminho. Em mais um dos tantos trechos nos quais critica o sistema penitenciário, ele relata uma situação de total imposição do velho “suplício dos corpos” da época medieval, com plena consciência desse poder que age sobre seu corpo. Por ter lido muito, inclusive o livro de Foucault, *Vigiar e Punir*, ele é capaz de, em diversos momentos de sua escrita, fazer análises e criticar a estrutura arcaica do sistema penitenciário ao qual ele estava submetido, e que este sistema tem o total apoio da sociedade:

Os guardas também espancavam e torturavam presos. (...) A miséria da cadeia era terrível. À maioria faltavam cigarros, drogas, roupas e alimentavam-nos muito mal. Sobravam inimigos, olhares agressivos, violência, no ar carregado pela neurose da rotina cotidiana. Sabíamos que quem nos prendera, quem nos mantinha presos, quem nos condenava, nossos algozes, no fundo, em suas ações sociais, eram piores que nós. A diferença era que estávamos presos. (MENDES, 2001, p.411/412)

Uma questão colocada então seria a de que a declaração de que a prisão fracassara em reduzir os crimes devesse ser substituída pela hipótese de que “a prisão conseguiu muito bem produzir a delinquência, tipo especificado, forma política ou economicamente menos perigosa – talvez até utilizável – de

ilegalidade; produzir os delinqüentes, meio aparentemente marginalizado mas centralmente controlado; produzir o delinqüente como sujeito patologizado”²².

Voltando à reflexão de Eneida, a autora novamente ajuda a pensar a literatura do cárcere como uma das vias para se entender a produção da delinqüência como resultado do aprisionamento, do sistema de punição e poder aos quais os presos se submetem:

O foco primordial dos relatos detém-se menos na exposição do crime, da infração, da ilegalidade, e muito mais na descrição do processo de brutalização, da aprendizagem resultante das experiências do encarceramento, na apresentação minuciosa do cotidiano de humilhações, arbitrariedades e violências desmedidas, mas em nada gratuitas ou improdutivas, que se exercem dentro das prisões e das instituições destinadas ao confinamento dos ‘menores infratores’. (CUNHA, Arquivo extraído do site da PUC-Rio)

O livro de Foucault termina com o apontamento de importantes efeitos resultantes das técnicas da instituição penal transportada para o corpo social inteiro, tecendo assim reflexões sobre a complexa rede carcerária que se formou com a criação do sistema prisional e confirmando a forte solidez da prisão, que se perpetua até os dias de hoje.

O sistema das punições seria um braço importante do sistema “maior” de produtividade material, “cujas práticas punitivas consubstanciam uma *economia política do corpo* para criar *docilidade* e extrair *utilidade* das forças corporais”²³.

2.2

A prisão no Brasil

A forte solidez da instituição prisão, apontada por Michel Foucault em seu livro *Vigiar e punir*, se mantém como rocha firme nos dias de hoje pelo mundo inteiro. O seu tão alardeado fracasso, também discutido pelo filósofo já em

²² Foucault, 1987, p. 235.

²³ *ibid.*, p.

tempos passados, continua sendo objeto de reflexões. No Brasil, as cadeias e os detentos se multiplicam aos milhares, e constituem, atualmente, um dos maiores problemas a serem enfrentados pelos governos e seus órgãos de segurança pública.

Um levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional²⁴, em 2007, revela que a população prisional brasileira ultrapassou a marca de 419 mil detentos²⁵. O aumento é de aproximadamente 4,6% em seis meses, se forem considerados os 401 mil presos contabilizados em dezembro de 2006. Comparados com pesquisas anteriores, o crescimento é ainda mais impressionante, conforme números publicados em *A prisão*, do advogado criminalista Luiz Francisco Carvalho Filho²⁶:

O número de presos cresce em ritmo acelerado. O censo penitenciário de 1995 apontava a existência de 148.760 presos no Brasil: 95,4 para cada grupo de 100 mil habitantes (critério internacional para o cálculo da taxa de encarceramento nos diversos países). O censo de 1997 detectava a prisão de 170.602 homens e mulheres, com taxa de encarceramento de 108,6 e déficit de 96.010 vagas.

Em abril de 2001, já havia 223.220 presos no Brasil, o que representava 142,1 detentos para cada grupo de 100 mil habitantes. A maior concentração estava em São Paulo, com 94.737 presos e uma proporção sensivelmente mais alta: 277,7 presos para cada grupo de 100 mil habitantes. (CARVALHO FILHO, 2007, arquivo digital)

A informação que deveria gerar estupefação, pela aproximação veloz de uma população com meio milhão de seres humanos encarcerados, é o *start* para outro tipo de atitude do Estado: o aumento de vagas. Isso porque o mesmo levantamento indica que “o déficit do sistema carcerário atinge a marca de 127 mil vagas (sem contar os presos que permanecem em cadeias públicas)”. A promessa do Ministério da Justiça é que até o final de 2011, em quatro anos,

²⁴ Subordinado ao Ministério da Justiça, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) tem entre as suas responsabilidades planejar e coordenar a política penitenciária nacional; acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal; inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais; assistir tecnicamente às unidades federativas na implementação dos princípios e regras da execução penal; e processar, estudar e encaminhar, na forma prevista em lei, os pedidos de indultos individuais.

²⁵ Dados referentes à junho de 2007, reunidos pelo Infopen Estatística - sistema integrado de informações penitenciárias - a partir de números encaminhados pelos estados.

²⁶ Carvalho Filho, 2007, arquivo digital.

portanto, sejam construídas 46,8 mil novas vagas (41,3 mil para homens e 5,5 mil para mulheres).

As ações do Estado vão encontrar reiterados contrapontos nas ‘denúncias literárias’ realizadas pelos autores aqui estudados, como exemplificado pelo texto de Hosmany Ramos:

Em matéria de política prisional, o Estado tapa o sol com a peneira. Cotidianamente, leio nas entrelinhas dos jornais a constante preocupação dos donos do poder em questões de segurança. As propostas são as mais absurdas: aumento do efetivo policial, construção de novos presídios, elevação da altura dos muros das prisões, aumento das penas, exército nas ruas. Ninguém toca na reestruturação do sistema prisional, no descongestionamento dos xadrezes, na humanização do cumprimento da pena. Na ressocialização do infrator. (RAMOS, 2001, p. 270)

Com um sistema judiciário e penitenciário precaríssimo, o Brasil ainda mantém uma parcela importante de sua população jovem atrás das grades, tanto nas instituições sócio-educativas (até os 17 anos²⁷) quanto nas penitenciárias (a partir dos 18 anos²⁸). E essa situação é refletida na literatura, nos relatos-análises do cotidiano das cadeias.

Em *Diário de um detento*, Jocenir relata a consumição dos muitos jovens no dia-a-dia dos xadrezes:

População muito jovem, oscilando entre 18 e 25 anos, uma maioria de moleques primários, muito pobres, judiados pela vida. Vão às drogas com fúria, parece não restar outra coisa na vida para esses rapazes.(JOCENIR, 2001, p.44)

Pesquisadora do sistema penitenciário brasileiro e defensora das penas alternativas aos infratores que “não são violentos e perigosos”, a socióloga Julita

²⁷ O Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito, realizado pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, revela que em 2006, o número total de internos no sistema socioeducativo de meio fechado no Brasil era de 15.426 adolescentes, sendo a maioria (10.446) na internação, seguidos da internação provisória (3.446) e da semiliberdade (1.234).

²⁸ Os dados do último censo penitenciário, divulgado pelo IBGE, revelam que 30% dos presos têm entre 18 e 25 anos e 68%, menos de 30 anos.

Lemgruber traz em seu livro *Cemitério dos vivos – análise sociológica de uma prisão de mulheres*, uma reflexão sobre as prisões:

Já no início do século XIX falava-se no fracasso das prisões enquanto medida capaz de transformar criminosos em cidadãos respeitadores das leis. Na verdade, jamais a privação de liberdade atingiu o objetivo de ‘ressocializar’ o infrator pela simples razão de que é absolutamente contraditório esperar que alguém aprenda, de fato, a viver em liberdade, estando privado de liberdade. (LEMGRUBER, 1999, p.149)

A observação final de Lemgruber aproxima-se cirurgicamente do testemunho de Luiz Alberto Mendes, em *Memórias de um sobrevivente*, pelo fato de ter entrado e ‘sobrevivido’ às experiências traumáticas das instituições dito sócio-educativas, na qual passou quase toda sua juventude:

Éramos ainda adolescentes, tínhamos entre dezoito e dezenove anos, e se não nos mataram fisicamente, roubaram todo o conteúdo que poderia existir em nossas vidas. Nos enterraram vivos. Estávamos mortos, bem mortos. E me pareceu sempre uma enorme incoerência matar gente que mata gente apenas para mostrar que não se deve matar gente. (MENDES, 2001, p.400)

No entanto, passados 20 anos da criação do primeiro serviço de monitoramento à execução das penas e medidas alternativas²⁹, o país deu passos importantes para que muitos desses jovens possam pagar por seus crimes sem que precisassem estar trancafiados com criminosos mais perigosos e experientes. Atualmente há um volume de aplicações de penas e medidas alternativas superior a 300mil/ano³⁰.

A coordenadora-geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, Márcia de Alencar, enumera os benefícios da lei:

Esse tratamento penal alternativo é dirigido para pessoas que não representam risco à sociedade, considerando seu grau de culpabilidade, seus antecedentes, sua conduta social e sua personalidade. A pena alternativa não expõe o infrator aos males do sistema penitenciário, uma vez que não afasta o indivíduo da sociedade, não o exclui do convívio social e de seus familiares.

²⁹ Núcleo instalado no Rio Grande do Sul, em convênio assinado com o Ministério da Justiça em 04 de agosto de 1987.

³⁰ Dados do Departamento da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

A pena alternativa visa, sem rejeitar o caráter ilícito do fato, dificultar, evitar, substituir ou restringir a aplicação da pena de prisão ou sua execução ou ainda, pelo menos, a sua redução. Trata-se de uma medida punitiva de caráter educativo e socialmente útil, imposta ao autor da infração penal, no lugar da pena privativa de liberdade.(ALENCAR, extraído do site do Ministério da Justiça³¹)

Ressalte-se que aqui é o Estado quem, através de texto assinado pela representante do Ministério da Justiça para o tema, reconhece “os males do sistema penitenciário”. Uma parte desses males é pontificados no trabalho de Carvalho Filho, *A prisão*, a partir de dados recolhidos do Relatório da caravana da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados por diversos presídios do país, divulgado em setembro de 2000:

As prisões brasileiras são insalubres, corrompidas, superlotadas, esquecidas. A maioria de seus habitantes não exerce o direito de defesa. Milhares de condenados cumprem penas em locais impróprios.

O Relatório (...)aponta um quadro "fora da lei", trágico e vergonhoso, que invariavelmente atinge gente pobre, jovem e semi-alfabetizada.

No Rio de Janeiro, em Bangu I, penitenciária de segurança máxima, verificou-se que não havia oportunidade de trabalho e de estudo porque trabalho e estudo ameaçavam a segurança.

No Paraná, os deputados se defrontaram com um preso recolhido em cela de isolamento (utilizada para punição disciplinar) havia sete anos, período que passou sem ter recebido visitas nem tomado banho de sol.

No Rio Grande do Sul, na Penitenciária do Jacuí, com 1.241 detentos, apesar de progressos, havia a assistência jurídica de um único procurador do estado e, em dias de visita, o "desnudamento" dos familiares dos presos, com "flexões e arregaçamento da vagina e do ânus".

Há uma mistura estrategicamente inconcebível de pessoas perigosas e não-perigosas. Há tuberculosos, aids e esquizofrênicos sem atendimento. O cheiro e o ar que dominam as carceragens do Brasil são indescritíveis, e não se imagina que nelas é possível viver. (CARVALHO FILHO, 2007, arquivo digital)

É essa a realidade presente nos trabalhos produzidos por Hosmany Ramos, Jocenir e Luiz Alberto Mendes. Realidade por vezes dramatizada com o apoio (ou subterfúgio) da ficção. Por sua vez, o leitor depara-se com esta produção ciente de que ela é fruto de uma experiência de fato vivenciada – quase uma ‘meia-ficção’, se fosse possível assim denominá-la. Encontrar e ligar os pontos paralelos desta literatura-verdade com o que é observado pelos estudiosos ou identificado pelos órgãos responsáveis e, ainda, pela imprensa, é um dos objetivos desta análise.

³¹ Site: www.mj.gov.br/Depen

2.3

Literatura e prisão

A prisão, constante objeto de reflexões de sociólogos, filósofos e jornalistas, é o assunto abordado nos livros escolhidos para este trabalho. Todas as três narrativas estão focadas na vida na prisão. O interesse de seus autores está centrado em mostrar como é esse viver encarcerado, sob a tutela de um poder que noite e dia vigia seus corpos e controlam suas vidas. E também abordam a questão do crime.

A publicação do livro *Estação Carandiru*, do médico Drauzio Varella, em 1999, sobre a rotina no presídio mais famoso da cidade de São Paulo, parece ter aberto a porta do mercado editorial para novos autores de livros sobre o cárcere. Aliás, foi ele próprio quem apresentou o livro de Luiz Mendes à editora Companhia das Letras para análise de uma possível publicação.

O ano de 2001, ano da X Bienal do Livro do Rio de Janeiro, foi quando Mendes, Jocenir e Hosmany tiveram seus livros publicados, com grande sucesso de vendagem. Houve uma “curiosidade” tamanha do público em conhecer tais relatos e seus autores, que deram diversas entrevistas aos principais cadernos culturais do país.

Esses testemunhos podem ser encarados como ricos documentos de uma realidade que pouco atravessa as portas e muros dos presídios para fora, como contraponto aos textos superficiais sobre os eventos das cadeias publicados pelos jornais. Através de suas “falas” podemos, de certa maneira, entrar num lugar proibido, onde a violência e a tortura fazem parte da rotina dos detentos. Suas escritas podem funcionar como provocação a um debate sobre o sistema prisional, sobre o silêncio da sociedade em torno de práticas desumanas que ainda acontecem dentro das prisões.

A literatura dos três autores convergem, nas suas narrativas, para o pensamento de Foucault, quando o filósofo detecta o fracasso da instituição

penitenciária como forma de recuperação e ressocialização dos criminosos. Os testemunhos aqui estudados confirmam a principal função que a prisão tem exercido para a sociedade - a “produção da delinquência”.

As obras registram a continuidade dessa produção da delinquência, que vem aumentando a cada dia, em larga escala. E o Brasil, pelo que nos mostram os livros e reportagens, pode ser considerado um exemplo relevante nesse quadro multiplicador de violências.

As histórias contadas pelos autores nos dão a dimensão do quão falido está o sistema penitenciário e do quanto ele contribui para piorar a situação física e psicológica de cada preso que ali entra. Extraí-se desses relatos a sensação de que a prisão tornou-se, de fato, um objeto ‘desumanizador’, muito por conta da repressão e da violência:

Certa vez, li, não sei onde, que condenava-se o rio por ser caudaloso e devastador em sua corrente, mas nada se dizia das margens que o limitavam e comprimiam, tornando-o tão violento. Era o caso ali. Queriam proteger a sociedade de nós, mas talvez a solução fosse nos proteger da proteção social. Daí é para se perguntar se éramos animais, como queriam, ou se éramos animalizados, como nos faziam. Marginais e criminosos ou “marginalizados” e “criminalizados”? O resultado se observaria no estrago, na devastação que retribuiríamos, no futuro, à sociedade. (MENDES, 20001, p.146)

Estávamos presos, ilegalmente, desde 18 de maio, passáramos três meses de torturas intensas, agora tudo terminara. O sofrimento havia sido o máximo, envelheceremos: com exceção do Alemão, estávamos todos com cicatrizes e marcas no corpo e na alma. Ficariam para sempre. Algo fora destruído em nós. Pelo menos o que ainda nos restava de humanidade, pureza e inocência. Agora éramos cobras criadas. O ódio em nós era mais virulento possível.

Estávamos cientes de que aqueles que nos barbarizaram o fizeram em nome de uma sociedade. Uma sociedade que nos repelia, brutalizava, segregava, e que quase nos destruía. E o pior: uma sociedade que precisava dessas monstruosidades para se manter. A tortura era uma instituição social. (ibid., p.399)

Formada dentro e pelas cadeias, nas quais viveu cerca de 30 anos – mais da metade de sua vida portanto –, a consciência límpida de Mendes sobre seus dramas e os dramas de seus pares é, provavelmente, um dos guias mais seguros a nos conduzir na atualização na tétrica história das prisões, com recorte na realidade brasileira. Tendo sido apresentado pelo amigo de cela, Henrique, a

autores clássicos da literatura e da filosofia, o interesse de Mendes pelos livros o tornou um leitor ávido na idade adulta e o resgatou, a princípio apenas metaforicamente, para fora do mundo do cárcere.

Assim, a escrita de Mendes, como a dos outros dois autores, funciona como uma espécie de “laboratório de estudos” dessa produção de delinquência tratada por Foucault. O poder disciplinar instituído pelo sistema jurídico-penitenciário, e que tem contribuído fortemente para o aumento da produção da delinquência no país, aparece de forma límpida nos relatos aqui estudados. A cada capítulo, nova cena de barbárie, de tortura, mecanismos praticados com o aval das autoridades e “escondidos” da população, que em sua maioria nem sequer pode imaginar o horror que existe dentro das prisões.

O título que Julita Lemgruber deu ao seu estudo sociológico feito no presidiário feminino Talavera Bruce³², *Cemitério dos Vivos*, serve como símbolo perfeito para resumir a realidade da rotina presidiária que nos trazem os livros de Mendes, Hosmany e Jocenir – vidas sobrevivendo num lugar que é o da morte. Ao ler seu livro e ter um contato mais frontal com essa realidade apresentada por ela, o jurista Evandro Lins e Silva escreveu: “O livro de Julita vem me convencer ainda mais de que a cadeia é uma incubadora cara, eficaz e prolífica para a geração e crescimento de marginais e de que precisamos nos desembaraçar da prisão, com a procura de alternativas para manifestar a reprovação da sociedade contra o crime”.

A literatura vai ao encontro do estudo sociológico de Julita e as impressões de Lins e Silva. Sendo assim, se oferecem como um possível instrumento de produção de debates sobre as prisões. Essas escritas podem provocar seu público leitor, convocá-los a chegar mais perto daquela realidade estranha e afastada da rotina habitual mostrada nos jornais e TVs diários do país.

Memórias de um sobrevivente, Diário de um detento: o livro, e Pavilhão 9, paixão e morte no Carandiru são relatos que nos trazem a vida na prisão, seu dia-

³² Presídio feminino no Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste do Rio.

a-dia de violências e barbaridades, contadas por quem viveu ou ainda vive essa realidade.

Os três autores passaram (no caso de Hosmany Ramos, ainda passa) pela experiência de viver dentro de uma cadeia. E contam, nos livros, como é a vida privada de liberdade em ambientes que são sempre retratados como verdadeiros infernos.

Memórias de um sobrevivente é um romance-memória, no qual Luiz Alberto Mendes conta como entrou para a vida do crime, ainda criança, e descreve boa parte da sua vida em uma casa de detenção, em São Paulo, até o momento da descoberta da literatura ainda na cadeia. O autor escreveu, em 2005, *Às cegas*, uma sequência de *Memórias de um sobrevivente*. Toda a sua escrita está ligada à vida na prisão

Mendes retrata e interroga, sob vários ângulos, a estrutura do sistema penitenciário, os diversos tipos de violência ao qual foi submetido dentro das prisões e das instituições para menores infratores, e como a literatura chegou representando uma via de sobrevivência.

Diário de um detento: o livro segue nos mesmos moldes, com uma narrativa de contos que descrevem situações de horror vividas por Jocenir em algumas cadeias, também na cidade de São Paulo. Através de dezenove contos, Jocenir traz um apanhado de histórias acontecidas nos quatro anos de reclusão. Descreve barbaridades que ele e seus companheiros sofreram nas cadeias e fala de sua rotina da escrita como forma de fugir daquele mundo, qualificado por ele como o “inferno”, no qual habitava.

Essa ‘rotina da escrita’ é também um ponto chave no trabalho de Jocenir. Nele o leitor se depara, com maior frequência do que nos trabalhos de Mendes e Hosmany, com o autor discorrendo sobre sua função de escritor. Em diversos momentos Jocenir usa o exercício da metalinguagem que, talvez inconscientemente, seja um fator extra de aproximação com seus leitores. Ali, além de acompanharem as histórias, os leitores são expectadores das leituras do

escritor; são, por fim, testemunhas do processo de escrita daquelas mesmas histórias – o que os torna, de alguma maneira, cúmplices.

Pavilhão 9, paixão e morte no Carandiru é também um livro de contos, porém classificado como de ficção. Seu autor coloca, entretanto, que o ambiente relatado nos textos “é fatalmente uma mistura de realidade e ficção”. Um conto em especial, o que dá título ao livro, pode ser considerado o principal fio de realidade na escrita da obra.

No conto *Pavilhão 9*, Hosmany dá voz ao detento Milton Marques Viana, que sobreviveu ao massacre ocorrido naquela prisão em 1992, quando 111 presos foram mortos, para ele relatar as cenas de horror que presenciou. Nas quase cinquenta páginas do relato sobre o massacre do Carandiru, Milton Viana descreve as horas de pânico e desespero, com policiais e cães “caçando” novas vítimas para seus ataques. No texto, Milton afirma que fez súplicas a Hosmany para que incluísse seu relato no livro, pois precisava e se sentia na obrigação de “contar” o seu “drama”.

O livro de Hosmany é classificado como texto de ficção. Porém, o autor deixa claro que o conto *Pavilhão 9, paixão e morte no Carandiru*, é o registro do relato oral de um dos sobreviventes do massacre do Carandiru e que tomou forma escrita através de seu texto.

Hosmany trata seu livro como resultado de uma “experimentação” literária. Das páginas de ficção sobre o mundo dos presos e do fascínio pelo crime, salta, com muito peso, o episódio da barbaridade do massacre, num texto com quarenta e seis páginas, que tratam de um episódio real.

Com a instauração da liberdade de orientação literária pelo movimento de 1922 em São Paulo, o escritor acabou entregue à própria liberdade. Daí a possibilidade e a necessidade da experimentação. Chego a este novo livro, e me vejo de certa forma gratificado por ter feito literatura de dentro para fora. Digamos, um prisioneiro falando de temas violentos, lado a lado com a realidade, numa linguagem forte, direta, objetivamente crua e despojada de toda retórica. (RAMOS, 2001, p. 11)

Hosmany experimenta, escrevendo ficção e realidade na mesma obra, mas escolheu justamente o nome do conto, que deu voz ao sobrevivente do massacre, para dar título ao seu livro. Esta escolha, e também a da foto da capa, uma das imagens de jornal de um dos corpos vitimados no massacre, parecem nos dar pistas sobre a importância da realidade no seu livro.

Os textos dos três autores, ao trazerem vozes do presídio para fora dos muros, jogam alguma luz para uma “fotografia” da realidade vivida hoje pelos milhares de detentos das penitenciárias das grandes metrópoles brasileiras, que é apresentada de forma superficial por uma parcela importante da mídia.

Suas falas vêm de dentro das cadeias, não são olhares rasos de quem visita a prisão para contar o que está acontecendo. Eles viveram ou ainda vivem essa realidade na pele e tentam, através da escrita, registrar, e talvez expurgar, esse real cheio de crueldades nas páginas de seus livros. “Gritam” seu testemunho, lá de dentro, para alcançar quem está interessado em ouvi-los aqui fora. E parece que cada vez mais há ouvidos atentos a suas “denúncias”.

Os autores não apontam seus escritos como denúncia, pelo contrário, todos três tentam deixar claro o oposto, de que não fizeram seus livros para denunciar. Mas, com a leitura deles, parece impossível não assimilar suas falas através desta chave. Os fatos contados e o tom dado a eles apontam, sim, para uma forma de denúncia daquilo que viveram ou vivem atrás das grades.

2.4

Realidade ou ficção?

O que é possível ser encontrado, em um texto de ficção, de uma suposta realidade? E o contrário, o que há de ficcional em um material escrito tido como um registro do real? Tudo e nada. Ler o mundo e expressá-lo é o caminho escolhido pelo observador-escritor para registrar, emocionar, informar, denunciar, testemunhar ou provocar.

No entanto, será a intenção do autor de ficção guardar em sua obra escrita uma função? O aspecto da realidade expresso e/ou impresso em um texto não descaracteriza seu viés literário. A literatura submete a realidade a um trajeto narrativo. Por mais fictícia que seja a proposta do texto literário, ainda assim poderá estar imbuído de impressões, valores, conceitos e leituras do seu autor. A aproximação de mundos formará uma tensão/identificação entre autor e leitor, realizando a comunicação daqueles que compartilham na ficção suas realidades.

Notar e exprimir o real no texto literário não diminui o valor artístico de sua forma e é quase inevitável. Neste caso, a construção da escrita e sua função de inquietar o leitor acerca da realidade termina por ser uma consequência da experiência da leitura.

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apenas apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc. (BAKHTIN, 1986, p.32).

Assim, para Bakhtin o homem só existe enquanto membro de um grupo social, de uma classe e para uma classe. Só dessa forma o homem ascende a uma realidade histórica e à produtividade cultural. “Não se nasce organismo biológico abstrato, mas aristocrata ou camponês, burguês ou proletário, e isto é um ponto capital.”³³

Por exemplo, na obra de Machado de Assis a representação das classes populares se faz presente na medida em que os “pobres” servem como contraste aos seus personagens principais – os ricos. Machado soube retratar, como ninguém, com requintada sutileza, cinismo e ironia, as mazelas de uma sociedade e seus valores.

Outro bom exemplo é Lima Barreto. O autor propõe um passeio pelo subúrbio carioca quando desvenda para o leitor os aspectos morais e geográficos

³³ Bakhtin, 1986, p.93

da sociedade descrita pelo seu ponto de vista. Lima quase parece usar a literatura para reclamar um Brasil mais brasileiro, como ele enxergava e pretendia que fosse. E, para tanto, descrevia uma certa realidade, no discurso fictício, como premissa às suas ideologias e reivindicações.

Por mais complicado que possa parecer à poética ou à estruturação do texto de ficção, o reflexo da sociedade na construção de um enredo é uma espécie de engrenagem. Autores de todo o mundo têm, em suas divagações mais complexas, o real como inspiração. A literatura como arte cria em si uma nova realidade ou a projeta, uma ficção do real que em seu resultado final pode ter acontecido, pode estar acontecendo, poderá acontecer ou não.

Voltando à literatura de Dostoiévski, podemos afirmar que *Recordação da Casa dos Mortos* tornou-se um retrato da prisão através da literatura. O cárcere trazido à tona pela “ficção”. Durante os anos de prisão e trabalhos forçados Dostoiévski tomou notas das cenas e diálogos que assistia e ouvia, e também das suas próprias análises sobre tudo que presenciava. Dessa forma, conseguiu descrever de maneira minuciosa o ambiente de horror no qual viviam os homens do cárcere na Sibéria.

No verão, um calor de matar; no inverno, um frio insustentável. Imagine uma construção de madeira, velha, desgastada, há muito tempo prestes a desmoronar. O assoalho podre, a imundície cobrindo tudo de tal forma que se corria o risco de escorregar e cair. As pequenas janelas cobertas de geada, impossibilitando qualquer visão quase durante o dia inteiro... Nós, lá dentro, apertados como sardinha em lata. Acendíamos seis achas de lenha na estufa, mas não aquecia (...), além de provocar uma fumaça insuportável - e era assim durante todo o inverno. Os detentos lavavam suas roupas no próprio alojamento, enlameando tudo. Não havia como se mexer. Do crepúsculo ao alvorecer, não se podia sair para fazer as necessidades, pois as portas eram aferrolhadas. Colocavam na entrada um balde, e o odor era insuportável. (DOSTOIÉVSKI, 2006, p.135)

Logo no início do livro, no segundo capítulo, pode-se perceber como essa experiência ficou marcada nele: “Mas tudo o que vivi durante os primeiros dias da minha vida de recluso perdura ainda na minha imaginação, como se tudo tivesse acontecido ontem. Assim devia ser e assim é, de fato”.³⁴

³⁴ Dostoiévski, 1963, p. 324

Este livro é mais vivido do que imaginado, mais testemunho pessoal do que ficção – a ficção que lhe iria dar destaque universal. A história vivida por ele ao lado de tantos outros homens da prisão. Homens humilhados, que se tornaram personagens especiais na literatura do autor. Dostoiévski colocou esse “outro” homem, (seu espelho) num lugar de relevância nas suas histórias. Fez ficção carregada absurdamente de realidade.

Brito Broca escreve sobre a importância da experiência vivida na prisão para Dostoiévski:

Quatro anos num presídio perdido nas solidões das estepes, entre criminosos vulgares, condenados de toda a espécie. É o inferno. É mais do que isso, é a morte. Urgia dar testemunho ao mundo dessa dura realidade, dessa terrível experiência. E daí as Recordações da Casa dos Mortos (...)

Este era um livro que precisava ser escrito quanto antes, uma espécie de catarse, de depuração. Saía do cárcere rodeado de fantasma e tinha que libertá-los de qualquer maneira. Mais tarde, ele definiria o romancista como um indivíduo que se livra de seus fantasmas. Entretanto, como conseguir essa libertação? Escrever a obra, contando toda a verdade, não lhe seria difícil; mas deveria publicá-la, divulgar pelo mundo a verdade terrível, e aqui teria de esbarrar nas restrições rigorosas da censura czarista. (BROCA, 1945; texto extraído do site Café Dostoiévski³⁵)

Dostoiévski se “veste” de Alexandre Petrovich Goriantchikov³⁶, para contar suas memórias do cárcere. O personagem, condenado por crime passional, diferentemente da condenação do autor, que foi acusado de participar das conspirações do círculo de Petratchévski, parece ser apenas uma máscara que Dostoiévski utiliza para documentar todo o período que esteve atrás das grades. Novamente o texto de Brito Broca traz essa reflexão sobre a obra do autor.

Naquela época a própria palavra Sibéria era um vocábulo tabu - diz Melchior de Vogüé. Em linguagem jurídica usava-se até de um eufemismo pitoresco para não se falar em Sibéria: o réu era condenado à deportação ‘em um lugar bem distante’. Urgia, pois, vencer tamanha barreira por meio de um artifício, de uma transposição engenhosa. (...) Tratar-se-ia de um romance, onde as cenas, os episódios, tremendamente verídicos, podiam correr por conta da fantasia do autor. Nenhuma acusação direta; tudo transposto para o terreno do ficcionismo. a fim de tornar a situação mais romanesca - segundo a praxe de mistificações

³⁵ <http://www.cafedostoevski.pop.com.br/dostoevski/recordacoes.html>

³⁶ Personagem protagonista de *Recordação da Casa dos Mortos*.

literárias muito em voga na época - Dostoievski informaria ao público de que estava apenas publicando o manuscrito de um tal Alexandre Petrovitch Goriantchikov, "ex-nobre, proprietário na Rússia, condenado por haver assassinado a mulher".

(...) Graças a semelhante subterfúgio, o livro pôde aparecer. Um funcionário da Censura - informa-nos Troyat - ainda quis abjetar, impondo modificações no texto. A Direção Central contentou-se com a omissão de algumas expressões obscenas. A obra apareceu, alcançando, de pronto, um êxito formidável. (BROCA, 1945; texto extraído do site Café Dostoiévski³⁷)

Em alguns momentos, falando de Alexandre, parece estar falando dele mesmo:

“Quando alguém falava com ele ficava olhando a pessoa, fixa e atentamente; escutava com muita atenção todas as palavras que lhe dirigíamos, como se refletisse ao mesmo tempo...” ou então “alguns afirmavam que ele estava louco.” (DOSTOIÉVSKI, 1963, p.310)

Como coloca Maria de José de Queiroz, no seu ensaio sobre literatura encarcerada: “Mais do que um depoimento sobre a prisão, as *Recordações da Casa dos Mortos* aportam-nos uma análise minuciosa e destemida da condição do encarcerado.”³⁸

Dostoiévski e Graciliano Ramos trazem a experiência humana da vida na prisão de forma muito mais abrangente do que a simples reprodução de suas respectivas memórias. Com as obras dos autores, temos também um conteúdo histórico e humano, envolvidos por uma posição de comprometimento com a vida, com o mundo, com a humanidade.

Os autores aqui analisados não possuem a qualidade estética literária de Graciliano ou Dostoiévski, mas é possível identificar um ponto de encontro de suas obras no caminho percorrido por eles. Ao tratar da realidade das prisões brasileiras, Mendes, Jocenir e Hosmany trazem uma carga de humanidade que não podemos encontrar nas notícias diárias dos jornais, que deveriam, sim, mostrar com mais profundidade o que se passa nos porões das nossas prisões.

³⁷ <http://www.cafedostoievski.pop.com.br/dostoievski/recordacoes.html>

³⁸ Queiroz, 1980, p.77

Talvez o principal ponto de identificação dessa carga humana, presente na produção dos autores aqui analisados, seja o fato de os personagens ganharem nomes. E junto com seus nomes, suas histórias e subjetividades ganharem forma, atribuindo valor e importância diferenciada a essas vidas. Aqui, encontra-se o extremo oposto das descrições impessoais construídas pela imprensa. Onde os leitores dos jornais encontrarão ‘os presos’ de modo genérico; nos livros será possível identificá-los por apelidos ou dramas, por exemplo.

A identificação traz consigo um apelo, parece convocar o leitor a uma aproximação maior com o que lhe é passado; não há mais ali apenas um grupo disforme: há pessoas, dores, sentimentos. A impessoalidade se torna, assim, mais difícil. Dessa forma, a morte dos 111 do Carandiru, não será apenas a morte de 111 presos. Será, sim, a morte de Alex, Marcelo, Paulo Reis, Rogério Piassa (todos amigos de Milton Marques Viana e, como os demais, nomeados no conto *Pavilhão Nove*).

Outro xadrez em frente é invadido. Balas de grosso calibre perfuram colchões e tiram lascas das paredes. Jorge Sakai, José Marcolino, Luiz Granja, Marcos Sérgio, Mauro Batista e Reginaldo Judici saem apavorados com as mãos para cima. Luiz Granja é atingido a queima-roupa e o impacto joga-o no canto da parede. Ele cai e estrebucha como uma ave degolada. Jorge Sakai grita:

- Acertaram o Granja! Mataram ele!

Cinco PMs correm na direção do xadrez de Adão Luiz. Os manos batem nas grades, em sinal de protesto. Não ouço nenhum diálogo entre eles. Os PMs aproximam-se e começam a metralhar. Uma bala ricocheteia no ferro da grade e fere um dos policiais. Uma mixórdia dos diabos. Os policiais, enfurecidos, aumentam a intensidade dos tiros. O policial ferido começa a gritar, dizendo que foi atingido por uma bala disparada por um dos presos. Estouram a porta do xadrez 252-E e metralham todos. Alexandre Nunes, Carlos Silvano, Cláudio Carvalho, Douglas Brito, Émerson Pontes e Grinário Valério estavam mortos e silenciados. O policial fez uma busca inútil atrás da arma que não existia. Depois, comentou com os colegas

- Não achei nada. Acho que foi uma bala que resvalou.(RAMOS, 2001, p. 254/255)

A realidade dos presídios, da qual somos informados, geralmente por rápidas matérias, pelos jornais e noticiários de TV, é retratada sob outra ótica nos relatos literários. Não são apenas números e detalhes objetivos sobre a prisão. Chegam através das páginas destes livros homens, com suas falhas, com seus crimes, suas crueldades, suas dores, seus sofrimentos, seus questionamentos - sua

humanidade. Sobre a literatura de testemunho, essa outra “ via” de retratar o real, Márcio Seligmann-Silva escreve:

Literatura de testemunho é um conceito que, nos últimos anos, tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre a literatura e a ‘realidade’. O conceito de testemunho desloca o ‘real’ para uma área de sombra: testemunha-se, via de regra, algo de excepcional e que exige um relato. Esse relato não é só jornalístico, reportagem, mas é marcado também pelo elemento singular do ‘real’. (SELIGMANN-SILVA, 2003, P.47)

Esse elemento singular do real destaca-se nos textos do cárcere. Um real diferente daquele mostrado nas páginas de jornais e nos noticiários da televisão. Um real atravessado pela subjetividade construída nos espaços da prisão.

A última frase do prefácio do livro de Luiz Mendes dá o tom dessa complexidade trazida nos relatos aqui abordados. O jornalista e escritor Fernando Bonassi, que apresenta a obra do autor ao público, termina seu texto avisando: “Seja bem-vindo, leitor, ao surrealismo da tragédia brasileira³⁹”. Este é o anúncio do que vamos encontrar pela frente nas quase quinhentas páginas do testemunho de Mendes e que se encaixa também, no retrato do real desenhado pelos outros dois livros.

Bonassi utiliza a palavra *surrealismo* com acerto, porque tantas das histórias contadas nestes livros parecem não fazer parte da realidade do dia-a-dia vivido, pelo menos por nós, que estamos distante dela, que a conhecemos superficialmente apenas através do que a mídia nos traz. O que é contado parece não se encaixar ao que chamamos de realidade, não cabe dentro da definição que conhecemos e na qual vivemos. É uma realidade “torta”, monstruosa em muitos momentos, difícil de ser imaginada mesmo nos processos de ficção.

A tragédia das prisões brasileiras é contada na literatura que vem do presídio como talvez ninguém mais possa contar. Assim como Dostoiévski e Graciliano, Mendes, Jocenir e Hosmany desceram ao “inferno” e é de lá que contam o que viveram, de corpo presente.

³⁹ Mendes, 2001, p.11